

## **Aspectos relacionados à criação e importância da Corregedoria Eleitoral no Maranhão e breve histórico em que surgiu a Justiça Eleitoral no Brasil.**

Maria Izabel Everton Álvares\*

### **Resumo**

Aborda-se a criação e a importância da Corregedoria Eleitoral no Maranhão. Apresenta-se um breve histórico da Justiça Eleitoral no Brasil, assim como traçamos um panorama da história da Corregedoria, no período de 1955 até 2007. Trata-se de um estudo da história institucional, que tem como objetivo resgatar a memória do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão.

Palavras-chave: Corregedoria. Justiça Eleitoral. Maranhão. Corregedor. História Institucional.

Ao se fazer referência aos aspectos relacionados à criação, bem como atribuições e importância da Corregedoria Regional Eleitoral no Maranhão, torna-se necessário traçarmos um breve panorama do momento histórico em que surgiu a Justiça Eleitoral no Brasil.

Retrocedemos, então, aos anos trinta, caracterizado por eleições conturbadas e por denúncias de fraudes. Acontece, nesse período, a tomada do poder por Getúlio Vargas à Presidência da República do Brasil. Embora o vencedor das eleições tenha sido o então governador do Estado de São Paulo, Júlio Prestes, este não chegou a assumir o cargo, uma vez que através de um levante começado no Rio Grande do Sul e que se estendeu pelos Estados da Paraíba e Minas Gerais, Getúlio tomou o poder e se tornou o novo presidente do país.

A Justiça Eleitoral foi criada em 24 de fevereiro de 1932, através do decreto 21.076, após tomar posse o Presidente Getúlio Vargas, na Presidência da República.

A criação da Justiça Eleitoral representou, sobretudo, naquele momento, um instrumento de moralização do processo eleitoral, com vistas à redução de fraudes. Através do seu surgimento, começa o disciplinamento e organização das eleições, mediante expedição de instruções que complementarizam a legislação eleitoral, divisão dos Municípios em zonas eleitorais, distribuição de eleitores pelas seções e formação de mesas receptoras. Foram, então, criados o Tribunal Superior Eleitoral, na capital da República, e os Tribunais

---

\* Bibliotecária do TRE-MA e Especialista em Informática na Educação pela UFMA.

Regionais, nas capitais dos Estados. Havia em cada jurisdição judiciária um juiz eleitoral de primeira instância. Destaque, ainda, para a edição do Código Eleitoral e com este o aparecimento do voto feminino, a redução da exigência para dezoito anos de idade para o alistamento como eleitor e o voto secreto.

Com Vargas, tivemos um período autoritário, em que se fizeram presentes a repressão e a censura. Este período denominado de “Estado Novo” durou de 1937 a 1945. Em 1937 ocorreu a extinção da Justiça Eleitoral, cinco anos após sua criação.

Através do Decreto-Lei 7.586, de 28 de maio de 1945, seguindo uma nova ordem político-econômica, a Justiça Eleitoral foi novamente instaurada no país, através da criação do Tribunal Superior Eleitoral e dos Tribunais Regionais nas Capitais dos Estados (Pequena História do TRE-MG, 2005, p.1).

O período de 1945 a 1964 ficou conhecido como o período da “Democracia e do Populismo”. Com a queda do Estado Novo e edição da Constituição de 1946, as liberdades e os direitos civis e eleitorais pareciam estar garantidos. Falava-se em livre organização partidária, garantia das eleições regulares e funcionamento normal do Poder Legislativo.

No Maranhão, o Tribunal Regional Eleitoral foi presidido, primeiramente, pelo Desembargador Alberto Correia Lima, que tomou posse em 21 de outubro de 1932, ficando até o advento do Estado Novo, quando foi extinta a Justiça Eleitoral. Em 1945, com a criação, novamente, da Justiça eleitoral, tomou posse, no Maranhão, o Desembargador Henrique Costa Fernandes.

Desde a sua criação, a Justiça Eleitoral do Maranhão vem gerenciando o processo eleitoral no Estado, através da preparação, realização e apuração das eleições, as quais se caracterizam pela lisura, eficiência e eficácia, mantendo, assim, os direitos e garantias do cidadão.

Com o objetivo de alcançar estas metas, a Justiça Eleitoral mantém em sua estrutura organizacional a Corregedoria Eleitoral, órgão encarregado de inspecionar e corrigir os serviços eleitorais do Estado.

Foi através da lei nº. 2.550, de 25.07.1955, que foi criado o cargo de Corregedor-Geral da Justiça Eleitoral. No Maranhão, o primeiro Corregedor-Geral foi o Desembargador Fausto Fernandes da Silva, no período de 1955 a 1960. As atribuições do Corregedor são:

I - conhecer das reclamações apresentadas contra Juízes Eleitorais, encaminhando-as, com o resultado das sindicâncias a que proceder, ao Tribunal; II - zelar pela fiel execução das leis e instruções e pela boa ordem e celeridade dos serviços

eleitorais; III - receber e processar reclamações contra Escrivães, Chefes de Cartórios e funcionários dos Cartórios, submetendo-as ao Plenário para deliberação acerca de arquivamento ou aplicação das penas de advertência, censura, suspensão até trinta dias ou destituição da função, assegurando-se sempre a ampla defesa; IV - verificar se são observadas, nos processos e atos eleitorais, os prazos legais; se há ordem e regularidades nos papéis, fichários, se os livros são devidamente escriturados e conservados de modo a preservá-los de perda, extravio ou qualquer dano; V - investigar se há crimes eleitorais a reprimir e se as denúncias já oferecidas têm curso regular; VI - verificar a regularidade do serviço eleitoral, determinando, por provimento, as providências, a serem tomadas ou corrigenda a se fazer; VII- comunicar ao Tribunal a falta ou procedimento que não couber na sua atribuição corrigir; VIII - orientar os Juízes Eleitorais relativamente à regularidade dos serviços nos respectivos Juízos e Cartórios; IX - manter na devida ordem a Secretaria da Corregedoria e exercer a fiscalização de seus serviços; X - proceder, nos autos que lhe forem afetos ou nas reclamações, a correição que se impuser e determinar as providências cabíveis[...]. (TRE-MA. Regimento Interno, 1997, p.16).

Desde sua criação, somente no ano de 1970 foi eleita, no Maranhão, a primeira Corregedora, a Juíza Judith de Oliveira Pacheco. A Corregedoria Eleitoral do Maranhão foi presidida por 26 Corregedores, dentre Juízes e Desembargadores:

<b>Nome</b>	<b>Categoria do Corregedor</b>	<b>Período</b>
Fausto Fernandes da Silva	Desembargador	12/08/1955 a 05/12/1955
		14/09/1956 a 29/03/1960
Palmério César Maciel de Campos	Desembargador	06/12/1955 a 13/09/1956
Acrísio Rebêlo	Desembargador	30/03/1960 a 22/01/1961
Alberto Macieira Netto	Desembargador	23/01/1961 a 07/02/1963
		05/02/1965 a 16/01/1966
Lauro de Berrêdo Martins	Desembargador	08/02/1963 a 04/02/1965
		04/03/1974 a 12/03/1974
José Antônio de Almeida Silva	Juiz	17/01/1966 a 04/03/1969
	Desembargador	02/03/1973 a 03/03/1974
Antônio Pacheco Guerreiro	Juiz	05/03/1969 a 10/02/1970
Judith de Oliveira Pacheco	Juíza	11/02/1970 a 01/03/1973
Ives Miguel Ázar	Juiz	13/03/1974 a 14/03/1976

Aluísio Ribeiro da Silva	Juiz	15/03/1976 a 19/07/1976
Emésio Dário de Araújo	Juiz	20/07/1976 a 06/08/1980
Carlos César de Berrêdo Martins	Juiz	07/08/1980 a 15/04/1983
João Miranda Sobrinho	Juiz	16/04/1983 a 12/03/1986
Raimundo Ewerton de Paiva	Juiz	13/03/1986 a 10/05/1989
William Soares Cavalcante	Juiz	11/05/1989 a 09/08/1989
Luis Almeida Teles	Juiz	10/08/1989 a 07/03/1990
Carlos Vagner de Sousa Campos	Juiz	08/03/1990 a 15/02/1993
Cleones Carvalho Cunha	Juiz	16/02/1993 a 12/02/1997
Antônio Carlos Medeiros	Desembargador	13/02/1997 a 17/03/1997
João Santana Sousa	Juiz	18/03/1997 a 22/02/1999
José Ribamar Santos Vaz	Juiz	23/02/1999 a 16/08/1999
Jamil de Miranda Gedeon Neto	Desembargador	17/08/1999 a 17/12/1999
		04/02/2003 a 24/03/2003
Maria Dulce Soares Clementino	Desembargadora	22/12/1999 a 17/12/2001
		18/12/2001 a 03/02/2003
Raymundo Liciano de Carvalho	Desembargador	25/03/2003 a 16/12/2003
		16/12/2005 a 14/02/2007
Jorge Rachid Mubárack Maluf	Desembargador	17/12/2003 a 15/12/2005
Cleonice Silva Freire	Desembargadora	15/02/2007 a 17/12/2007
Nelma Celeste Sousa Silva Sarney Costa	Desembargadora	18/12/2007 a 17/02/2009
José Joaquim Figueiredo dos Anjos	Desembargador	Apartir de 18/02/2009

Fonte: TRE-Ma. Secretaria de Gestão de Pessoas. Seção de Controle dos Juízes Eleitorais.

Em 1955, momento da criação do cargo de Corregedor, tivemos ainda a criação da folha individual de votação (lei nº. 2550) e da cédula única de votação (lei nº. 2582).

Ao longo dos anos, a Justiça Eleitoral no Estado do Maranhão e o órgão da Corregedoria Eleitoral vêm obtendo significativos resultados com a utilização de recursos materiais e humanos cada vez mais qualificados, proporcionando uma fiscalização eleitoral responsável. Atualmente, não só as populações das Capitais dos Estados, como aquelas que residem nos lugarejos mais distantes e de difícil acesso, estão tendo oportunidade de exercer

sua cidadania, escolhendo seus representantes por meio da implantação da Urna Eletrônica, recurso este que garante uma maior segurança e confiabilidade às eleições.

**Aspectos relacionados a la creación y importancia de la Corregedoria Eleitoral en Maranhão y breve historial en que empezó la Justiça Eleitoral en Brasil.**

**Resumen**

Es abordada la creación y importãncia de la Corregedoria Eleitoral en Maranhão. Se Presenta un breve historial del Corregedoria, en el período de 1955 hasta 2007. Se trata de un estudio de la historia institucional que tiene como objetivo rescatar la Memoria del Tribunal Regional del Maranhão.

Palabras-chave: Corregedoria. Justiça Eleitoral. Maranhão. Corregedor. História Institucional.

## REFERÊNCIAS

Brasil. Lei n. 2.550, de 25 de julho de 1955. In: Brasil. Senado Federal. Secretaria de Documentação e Informação. **Legislação Eleitoral no Brasil: do século XVI a nossos dias**. Brasília, 1996. v.2

Brasília. Tribunal Superior Eleitoral. **Histórico do Tribunal Superior Eleitoral**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em 15 maio 2005.

Maranhão. Tribunal Regional Eleitoral. Secretaria de Gestão de Pessoas. Coordenadoria de Pessoal. Seção de Controle dos Juízes Eleitorais. **Relação de corregedores com categoria e período ocupado na função de Corregedor Regional Eleitoral**. São Luís, 2007.

Maranhão. Tribunal Regional Eleitoral. **Regimento Interno**. São Luís, 1997.

Minas Gerais. Tribunal Regional Eleitoral. **Pequena História do TRE-MG**. Disponível em: <<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2005.

NAHUZ, Cecília dos Santos; FERREIRA, Lusimar Silva. **Manual para Normalização de Monografias**. 4.ed. rev. atual. São Luís, 2007. 176p.

A REVOLUÇÃO de 1930. Disponível em <<http://www.hystoria.hpj.ig.com.br>>. Acesso em: 27 abr. 2005.

Rio Grande do Norte. Tribunal Regional Eleitoral. **História do Voto: dos primórdios ao voto eletrônico**. Rio Grande do Norte, 2005.

TEIXEIRA, Francisco M. P. **Brasil História e Sociedade**. São Paulo: Ática, 2000. 353p.